

Prestação de serviços de Lavagem de Contentores de Superfície e Semienterrados

Ref.^a PU-CP-050-2017-0

Quarta-feira, 20 de Abril de 2017



Declaração ANEXO II

EcoAmbiente

Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços S.A.

Conteúdo

| | | |
|----|--------------------------|---|
| 1. | Declaração ANEXO II..... | 3 |
|----|--------------------------|---|

1. Declaração ANEXO II

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

- 1- Francisco Jorge de Jesus Damas, titular do cartão de cidadão n.º 10647332 8 ZY4, morada profissional na Avenida da Quinta Grande, nº 53, 9º andar, Alfragide, 2610-156 Amadora, na qualidade de representante legal da ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., sociedade anónima, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 502.877.472, com sede na Avenida da Quinta Grande, nº 53, 9º andar, Alfragide, 2610-156 Amadora, adjudicatária no procedimento de **“Prestação de serviços de Lavagem de Contentores de Superfície e Semienterrados”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
 - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho;
 - e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
 - f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 2- O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção

acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

NOTA: Documento submetido nesta fase do procedimento por ser exigido na plataforma eletrónica ACINGOV, nomeadamente no campo para introdução de documentos da proposta.

Amadora, 20 de Abril de 2017

Francisco Jorge de Jesus Damas